

Arinos defende sistema parlamentar com Sarney

O presidente da Comissão de Sistematização senador Afonso Arinos (PFL-RJ), defendeu ontem pela primeira vez a implantação do



parlamentarismo com a permanência do presidente José Sarney. Segundo ele, a polémica existente na Constituinte em torno da duração do mandato presidencial e do sistema de Governo terminará «se o presidente Sarney deixar de pregar o presidencialismo, ele, que em 1961 assinou uma emenda parlamentarista».

«Se o presidente Sarney tiver o destino de ser o homem que passa de um regime a outro, ele conseguirá o mandato que desejar — disse o senador. Ele preferiu não opinar sobre a possível entrega do cargo de Primeiro-Ministro ao PMDB, mais frisou que a permanência de Sarney «é importante» e que «deve-se ter em vista sua presença para experiência parlamentarista».

O senador se mostrou impressionado com a quantidade de emendas populares recebidas até anteontem pela Constituinte, algumas totalizando mais de um milhão de assinaturas, embora o regimento da assembleia exigisse o apoio de 30 mil eleitores.

Ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convidou o senador Afonso Arinos e o deputado Bernardo Cabral para uma reunião, em sua residência, na manhã da próxima segunda-feira.

Covas deseja Constituição bem sintética

O líder do PMDB na constituinte, senador Mário Covas, defendeu a elaboração de uma Constituição sintética, contendo apenas os princípios gerais, de modo a evitar polémica em torno de algumas questões que ele acha deverão ser equacionadas ao longo do tempo, através da mobilização da sociedade brasileira, para ser formalizadas em lei ordinária. O senador por São Paulo teme que a aprovação de um texto constitucional detalhado acabe evitando alguns avanços e conquistas.

Pessoalmente, o líder peemedebista não está otimista quanto aos resultados finais da constituinte, embora ache que a nova Carta manterá os princípios liberais da Constituição de 47 e consagrará alguns avanços no campo social. Admite, porém, que não haverá modificações significativas no campo econômico, ou que representem mudanças estruturais.

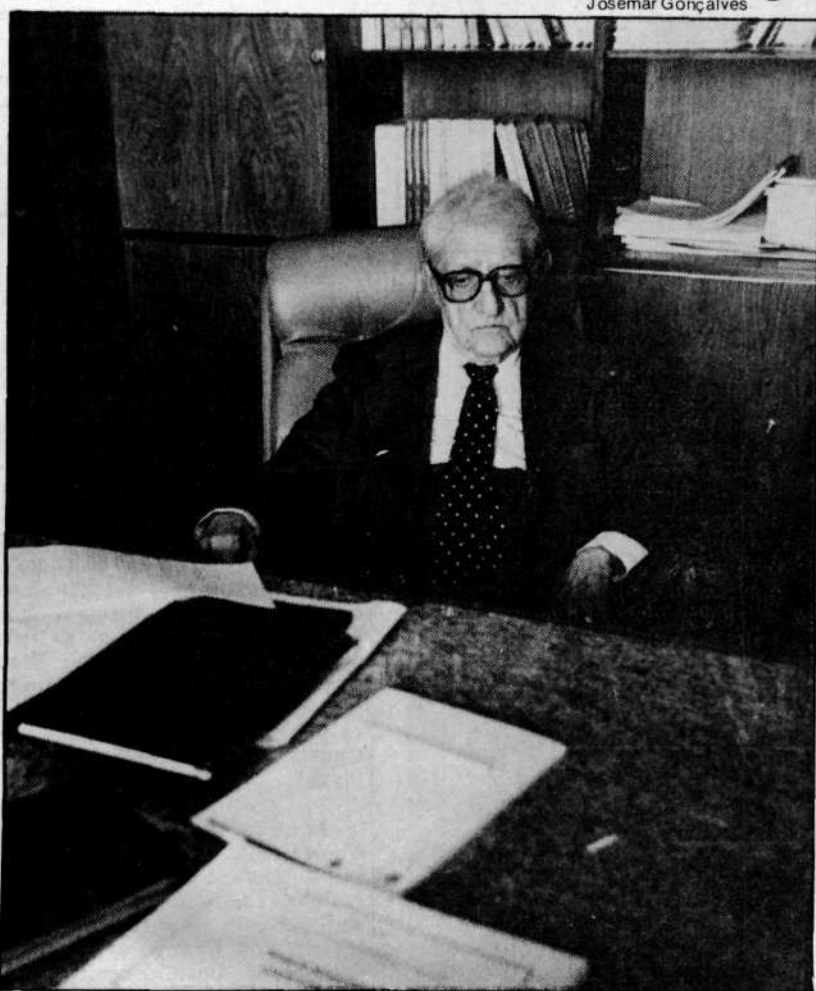
O senador Mário Covas acredita, no entanto, na possibilidade de aprovação da emenda das diretas, formalizada numa iniciativa popular e de diversos constituintes. Na sua opinião, a definição dessa questão ocorrerá na votação final em plenário e sofrerá influência decisiva dos governadores.

Ele justificou sua previsão observando que os governadores não poderão ficar contra a proposta, a exemplo do que ocorreu na Convenção Nacional do PMDB, pois, depois da votação pelo plenário da Constituinte, eles não poderão apagar o seu resultado.

A entrevista do Presidente fica para hoje

A entrevista coletiva do presidente José Sarney, anunciada para ontem, foi transferida para hoje. O presidente da República concederá a entrevista para cinco jornalistas no Palácio da Alvorada, às dez da manhã, depois da solenidade de início da campanha de vacinação contra a paralisia infantil.

O adiamento da entrevista — segundo informação do porta-voz da presidência da República, Frota Neto, foi feito pessoalmente pelo presidente Sarney, que está estudando todos os pontos de sua viagem ao México e as questões internas daquele país. A entrevista terá como tema a viagem ao México que se inicia amanhã, encerrando-se na próxima quarta-feira.



Josemar Gonçalves

Para Arinos, se Sarney mudar regime terá mandato que quiser

Emendas populares vão a votação em plenário

Todas as 122 emendas populares — um total de 11 milhões 238 mil 149 assinaturas — que foram apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte serão encaminhadas para votação de plenário. Desse total apenas 37 propostas não cumpriram as exigências regimentais, mas os constituintes subscreveram as emendas impedindo assim que elas sejam rejeitadas na Comissão de Sistematização.

A proposta que mais obteve assinaturas é a que prevê a manutenção dos serviços de aprendizagem comercial e industrial (Sesc, Sesi, Senai e Senac). Em cinco emendas promovidas por entidades diferentes a emenda foi subscrita por 1.617.756 eleitores. A segunda em assinatura foi a da reforma agrária, atingindo 1.616.466 assinaturas em seis propostas de diversas entidades, mas com o mesmo conteúdo.

Direitos das crianças foi outro tema que atraiu os signatários. Com 1.350.211 assinaturas, a Comissão Nacional Criança Constituinte, CNBB e outras entidades, divulgaram por todo o País quatro emendas que garantem o direito à família, habitação, saúde, moradia, alimentação e educação.

Propostas

Direitos do trabalhador e educação para todos também foram propostas bem acolhidas atingindo uma média de um milhão de assinaturas cada uma. Mas nem todas as emendas que envolvem assuntos considerados mais relevantes e polêmicos conseguiram

um bom número de adesões. As emendas que estabelecem eleições diretas para presidência da República seis meses após a promulgação da Constituição e em 15 de novembro de 1988, conseguiram, respectivamente, 49.178 e 96.863 assinaturas.

As propostas contra a interferência do estado na economia, apresentadas pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), conseguiram juntas 102.425 assinaturas. Deste total, 70 mil eleitores apoiaram a emenda popular da Fiesp.

A partir de agora os promotores das 122 emendas têm que começar a se preocupar com a votação no plenário da Constituinte, que ocorrerá na segunda quinzena de setembro. Nas próximas sessões extraordinárias da Comissão de Sistematização elas serão aprovadas em bloco, já que nessa fase não é apreciado o mérito.

Dentre as que seriam rejeitadas por não cumprir as exigências regimentais — mais de 30 mil assinaturas, título do eleitor do signatário e apresentação por no mínimo três entidades — estão incluídas as que garantem os direitos dos empregados domésticos, subscrita pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e a que garante o apoio governamental à terapêutica natural alternativa. Essa emenda, inclusive, será subscrita por um grupo de 70 parlamentares, coordenado pelo deputado Ivo Lech (PMDB-RS).

Cabral revela ser contra a estabilidade

São Paulo — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), defendeu ontem, em São Paulo, três pontos fundamentais de ordem político-econômica que deverão ser a marca do seu substitutivo da nova Constituição que será encaminhado ao plenário no próximo dia 23: a defesa da livre iniciativa; a defesa de um regime de economia de mercado e a defesa da instabilidade e não da estabilidade no emprego. «Precisamos criar mecanismos para que o cidadão que trabalhe possa se sentir seguro no seu emprego, ainda que não possa ser estável» — afirmou o deputado.

As revelações de Bernardo Cabral foram feitas à tarde, na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), onde à noite recebeu uma homenagem dos liberais e da qual participaram vários governadores e ministros da Aliança Democrática. «Eu me preocupo com você, que é jornalista agora e pode não ser mais daqui a um mês», disse Cabral, acrescentando: «Nós estamos fazendo uma estabilidade fantasiosa e não a estabilidade efetiva. É preciso criar mecanismos para o cidadão trabalhar com uma certa segurança». Cabral aproveitou para fazer algumas visitas em São Paulo.

Perfil

O relator definiu assim o perfil do «projeto Cabral»: «Um perfil exatamente igual àquele que a Nação reclama, que reflita a realidade brasileira e que não vá para nenhum dos lados. Que não seja tão avançada que não possa ser cumprida e que não seja tão atrasada a ponto de se tornar retrógrada». Ele reconheceu que não haverá consenso na definição do tempo de duração do mandato do Presidente da República e sobre a forma de governo. Cabral admitiu que a emenda popular que propõe a eleição direta para presidente em 1988 pode ser aprovada em plenário: «Não podemos menosprezar esta hipótese». Para o deputado, não se fará uma transição no País sem os dois componentes principais, o presidente da República e o povo. Cabral se declarou ainda magoado com pressões políticas de que até sua família foi vítima, chegando a provocar inclusive uma paralisia facial num dos seus filhos. O deputado disse que pertence ao «grupo sério», quando lhe perguntaram se ele era do grupo «moderado» ou do grupo dos «xiitas».

Constituinte vê destino de seis projetos

A mesa da Constituinte reúne-se na próxima quinta-feira para determinar o rumo de seis projetos de decisão, entre eles o único aprovado pela Comissão de Sistematização, de autoria do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco em território nacional. A informação é do secretário-geral da Câmara e da Constituinte, Paulo Afonso Martins, que acrescentou que o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria (PTB-SP) fixando eleições diretas para Presidente em novembro de 88, não aprovado nem rejeitado pela Sistematização, também estará na pauta da reunião.

O projeto de decisão nº 1, de autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), determinando auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamentos através da criação de uma Comissão Especial de Investigação da Dívida Externa integrada por parlamentares, será o primeiro projeto a ser discutido pela mesa da Constituinte. Na ordem de chegada à Secretaria da Sistematização, o projeto de decisão do deputado Victor Faccioni (PDS-RS) suspendendo para fins de incidência do Imposto de Renda os efeitos do disposto no artigo 2º da Lei nº 5.279, que prorrogou o prazo para a apresentação de declaração do IR deste ano será analisado pela mesa em seguida.

Parcelamento

O terceiro será o projeto de decisão do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) que concede parcelamento das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas em até 24 prestações com juros de 1% ao mês. Em seguida será a vez do projeto do deputado Iram Saraiva (PMDB-GO) que torna obrigatória a transmissão, através de televisão e rádio, as votações nominais realizadas no plenário da Constituinte.